

**A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA PRODUÇÃO DO BAIRRO
NOVO PARAÍSO, EM ANÁPOLIS (GO): ENTRE O ISOLAMENTO
E O REFÚGIO PROMOVIDOS PELA A HANSENÍASE**

**RESIDENTIAL SEGREGATION IN THE PRODUCTION OF
NEIGHBORHOOD NOVO PARAÍSO, IN ANÁPOLIS (GO):
BETWEEN ISOLATION AND REFUGE PROMOTED BY
LEPROSY**

THALITA AGUIAR SIQUEIRA

Mestra em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás,
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis / GO
aguiarthalita29@gmail.com

MARCELO DE MELLO

Docente do Curso de Geografia e do PPPG/TECCER, Universidade Estadual de Goiás,
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis / GO
ueg.marcelo@gmail.com

Resumo: No bojo da consolidação do modo de produção capitalista, o espaço urbano tornou-se lugar privilegiado. Sua organização é originária de processos articulados por agentes políticos e econômicos que forjaram o Estado burguês. O presente artigo é produto de análises e pesquisas dedicadas ao entendimento do processo de produção do espaço urbano. A realidade contemplada encontra-se na cidade de Anápolis, no estado de Goiás. Trata-se do bairro Novo Paraíso, que tem sua origem vinculada à segregação de hansenianos que aportaram no município goiano na primeira metade do século XX e que, ainda hoje, revela expressivos traços de processos segregadores próprios do sistema capitalista. Assim este artigo se divide em quatro partes; a primeira parte introduz o assunto discutido no artigo; a segunda parte apresenta uma discussão sobre o papel dos agentes produtores do espaço urbano frente ao processo de segregação residencial; a terceira parte apresenta o espaço urbano como resultado de processos sociais históricos marcados por profundas diferenças; a quarta parte apresenta os dados da segregação residencial manifestada no Novo Paraíso, onde os dados foram coletados através de trabalhos de campo e a aplicação de 50 questionários. Os questionários foram aplicados entre os dias 16/07/2018 e 26/07/2018 intercalando as quadras do bairro, abrangendo todo o seu território; por fim apresentamos algumas considerações sobre o tema discutido.

Palavras-chave: Espaço urbano; Segregação residencial; Processos sociais históricos.

Abstract: During the consolidation of the capitalist mode of production, the urban space has become a privileged place. Its organization comes from the processes articulated by political and economic agents which forged the bourgeois state. This article is result of the analysis and searches dedicated to the understanding of the process of urban space's production. Reality contemplated is on the city of Anápolis, state of Goiás. We talk about the neighborhood called Novo Paraíso, which has its source linked to the segregation of the leprosy patients who arrived in the goiano city in the first half of the 20th century and which, until today, reveals expressive features of segregation processes specific to the capitalist system. This way, this article is divided in four parts: the first part introduces the discussion of the article; the second part shows a discussion about the responsibility of the urban space producing agents in front of the residential segregation process; the third part shows the urban space like result of social historical

processes marked by profound differences; the fourth part presents the data of residential segregation manifested in Novo Paraíso, where the data were collected through fieldwork and application of 50 questionnaires. The questionnaires were applied between the days 07/16/2018 and 07/26/2018 interspersing the neighborhood blocks, covering all its territory. Lastly, we present some considerations about the discussed topic.

Keywords: Urban space; Residential segregation; Social historical processes.

Introdução

A ciência geográfica tem uma tradição de pesquisas caracterizadas por um amplo universo temático. No rol de temas relevantes, os estudos centrados nas questões urbanas evidenciam importantes nuances do mundo contemporâneo. Nesta perspectiva, entendemos que investigar a cidade é mergulhar em um oceano de relações complexas: relações cada vez mais especializadas e com posições hierárquicas mais difusas.

Neste contexto, o espaço urbano deve ser considerado um produto socialmente produzido por homens que exercem diferentes funções na sociedade. As diferentes funções sociais, assumidas por diferentes sujeitos, produzem espaços caracterizados pela heterogeneidade. Neste interim, no bojo da consolidação do modo de produção capitalista, o espaço urbano tornou-se lugar privilegiado, tanto na concentração de poderes manifestados pela complexa teia de relações produtivas, como nas formas de expressão da complexa hierarquia social territorialmente materializada.

A pesquisa aqui apresentada é produto de análises e investigações dedicadas ao entendimento do processo de produção do espaço urbano. A ênfase foi direcionada para as ações dos agentes que, de alguma forma, participam da articulação dos processos segregadores presentes nas relações capitalistas de produção.

A realidade contemplada encontra-se na cidade de Anápolis, no estado de Goiás. Trata-se do bairro Novo Paraíso, que tem sua origem vinculada à segregação de hansenianos, que migraram para o município goiano na primeira metade do século XX, e que, ainda hoje, revela expressivos traços de processos segregadores.

O presente artigo foi dividido em quatro partes: a primeira introduz a questão da segregação; a segunda discute o papel dos agentes produtores do espaço urbano frente o processo de segregação residencial; a terceira destaca o espaço urbano como produto de

processos sociais marcados por profundas diferenças; a quarta evidencia dados da segregação residencial manifestada no bairro Novo Paraíso.

Quanto ao método, enfatizamos que o materialismo histórico e dialético definiu os caminhos investigativos percorridos durante a realização da pesquisa. Caminhos que evidenciaram a presença da contradição na produção do espaço habitado pelo homem, com ênfase no espaço urbano. Como eixo condutor da argumentação desenvolvida, destacamos as assimetrias promovidas pelos agentes produtores do espaço urbano. Agentes que atuam a partir de uma intencionalidade específica, direcionada para a reprodução ampliada do capital; bem como para a concentração do capital reproduzido. No curso da pesquisa, ficou comprovado que a segregação residencial, materializada no bairro Novo Paraíso, é produto das relações assimetrias inerentes ao modo capitalista de produção. Entre os autores fundamentais no balizamento teórico e metodológico da pesquisa, destacamos Capel (1974), Corrêa (1995), Souza (2010) e Spósito (2013).

Os agentes produtores do espaço urbano e o processo de segregação residencial

O espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais. Tais agentes interferem direta ou indiretamente na organização espacial da cidade. Segundo Capel (1974), o espaço urbano é resultado de práticas de agentes capitalistas, que utilizam mecanismos legais e ilegais para atender seus interesses.

Para Capel (1974, p. 19), *“em esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, los organismos públicos”*. O geógrafo espanhol segue ressaltando a necessidade de evidenciar que a ação destes agentes é concreta no espaço da cidade, resultando em diferentes configurações espaciais, que atendem aos interesses das classes dominantes: *“Lo que los geógrafos acostumbran denominar la morfología urbana, es un resultado de las opciones y decisiones adoptadas por estos agentes”* (CAPEL, 1974, p.38).

Corrêa (1995) retoma a discussão apresentada por Capel (1974), acrescentando mais um agente produtor do espaço urbano. Ele insere a figura dos agentes sociais

excluídos, por entender que eles resistem às práticas dos agentes hegemônicos. Os agentes sociais excluídos são, efetivamente, produtores do espaço urbano à medida que ocupam terrenos públicos ou privados, confrontando a ordem hegemônica.

É importante ressaltar que Capel (1974) e Corrêa (1995) abordam as práticas dos agentes produtores do espaço urbano considerando o contexto jurídico produzido pelo Estado Burguês. Nesse sentido, Capel (1974) esclarece que muitas leis são propositalmente ambíguas, permitindo diversas interpretações que viabilizam o privilégio concedido pelo Estado a alguns agentes produtores do espaço urbano.

A partir de análises da realidade, algumas pessoas podem alegar que não existem códigos e legislações que regulem o uso do solo urbano. Contudo, elas existem e em quantidade razoável. A sensação de ausência é motivada por seu uso seletivo, de acordo com os interesses dos agentes privilegiados que atuam na cidade, manipulando-as ou, até mesmo, ignorando-as. O resultado obtido ao se manipular ou ignorar as leis de ordenamento urbano é materializado, por exemplo, por meio de adensamentos populacionais descompensados; bem pela especulação imobiliária exacerbada.

Outro aspecto importante é manifestado por meio de conflitos urbanos. Um expressivo campo de tensão é constituído em um ambiente de relações assimétricas e polarizadas. De um lado temos os agentes econômicos e políticos situados privilegiadamente nas estruturas de Estado. Eles se associam para concentrar o capital reproduzido a partir da comercialização do solo urbano. No outro polo estão os segmentos desprestigiados politicamente. Estes se articulam em busca de acesso a habitação de interesse social. Neste ponto, é importante destacar que a habitação é uma demanda social fundamental.

Spósito (2013) destaca que o sistema capitalista tem na propriedade privada um de seus principais pilares e evidencia que a moradia foi uma das primeiras formas de propriedade. A partir desta realidade, o Estado tem consolidado mecanismos garantidores de relações assimétricas: alguns segmentos sociais são privilegiados, enquanto outros são colocados às margens de qualquer possibilidade de acesso a moradia minimamente digna. Cabe ressaltar, que esta assimetria é legitimada pelo

Estado. No próximo tópico, destacamos os processos promotores da assimetria territorializada no espaço urbano.

Os processos sociais e a produção do espaço urbano

O homem e o espaço por ele habitado são produtos de processos históricos. Como estes processos são marcados por profundas diferenças, temos sociedades e espaços caracterizados por diferenças expressivas, em permanente processo de transformação. As progressivas diferenças sociais, manifestadas espacialmente, são marcas da cidade contemporânea (SOUZA, 2010).

Esta realidade pressupõe a existência de uma divisão territorial do trabalho. No início do processo de urbanização, tal divisão era simples e de forma simples diferenciávamos as fronteiras e as relações estabelecidas entre a cidade e o campo (SPÓSITO, 2013). Com a mudança na escala das relações econômicas, passa a haver uma divisão territorial do trabalho mais complexa, e, por conseguinte, a cidade passa por redefinições nas relações travadas por uma sociedade cada vez mais heterogênea.

A produção do espaço urbano atende a lógica da reprodução do capital. A real necessidade da população, socialmente vulnerável, não é levada em consideração. A questão da habitação, por exemplo, possibilita o entendimento das desigualdades produzidas a partir da articulação de agentes públicos e privados, que reforçam as desigualdades sociais territorializadas.

Em condições normais, a realidade urbana já revela elementos suficientes para imaginar as mazelas produzidas por uma distribuição extremamente desigual da riqueza. Sem muita dificuldade, somos capazes de reproduzir, em nossas mentes, cenas que retratam a precariedade na oferta de serviços e equipamentos públicos, para populações que já se encontram em situações de grande vulnerabilidade.

Se as condições comuns possibilitam um exercício de imaginação centrado nas condições de vulnerabilidade experimentadas por famílias segregadas no espaço urbano, imagine se acrescentarmos outros elementos que potencializam processos segregadores.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 14, n. 1, jun. 2021. ISSN 1981-4089

Elementos associados a estigmas secularmente produzidos. Certamente, este segundo cenário seria marcado por especificidades relevantes, que devem ser analisadas.

Neste contexto, o tópico que segue apresenta uma realidade densa, presente na cidade de Anápolis, no estado de Goiás. Como elemento destacado, temos o bairro Novo Paraíso e sua história territorializada a partir da segregação de hansenianos. Realidades como esta devem ser investigadas.

Novo Paraíso: entre a hanseníase e a segregação residencial.

Em Anápolis, a hanseníase promoveu processos de segregação residencial. Esta afirmação é comprovada quando analisamos a realidade manifestada no bairro Novo Paraíso (figura 01). A relação entre o bairro e a hanseníase é direta, pois seu território foi constituído a partir do distanciamento compulsório dos hansenianos do centro da cidade (TAVARES et al., 2015)

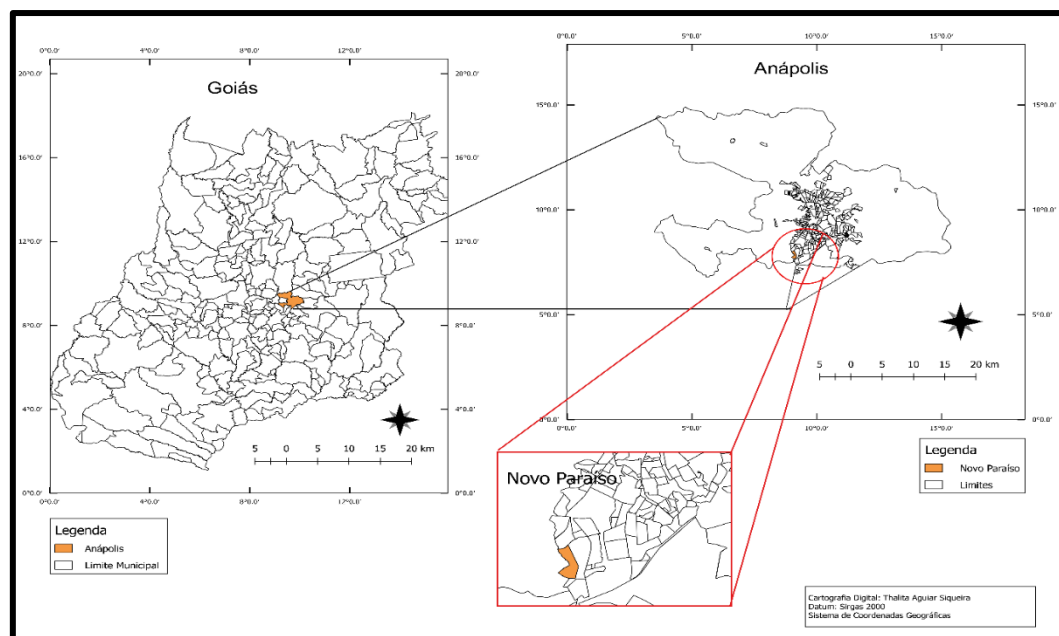


Figura 01: Mapa de Localização do Bairro Novo Paraíso. **Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Como em outras cidades brasileiras, a Igreja Católica assumiu os cuidados direcionados aos hansenianos residentes em Anápolis. Entretanto, por mais que a Igreja

Católica quisesse auxiliar no acolhimento e nos cuidados dos portadores do Bacilo de Hansen, somente o Estado teria a capacidade de enfrentar as condições que perpetuam a endemia da hanseníase no Brasil. É importante destacar o papel do Movimento de Reintegração das pessoas Atingidas pela Hanseníase – Mohan, que tem um núcleo localizado em Novo Paraíso. O Mohan é uma entidade sem fins lucrativos, com ações voltadas para a erradicação da hanseníase; bem como para a prevenção, o tratamento, a reabilitação dos atingidos pelo bacilo. Nesta perspectiva, as entidades filantrópicas assumiram um papel fundamental no enfrentamento da doença, enquanto o Estado se distanciava de sua condição de agente protagonista.

É comum pensar que a hanseníase se encontra em um passado distante e não repercute mais na vida de brasileiros. Contudo, ainda existem espaços em que a hanseníase ocupa uma posição de destaque na reprodução das relações sociais. É o que ocorre em Novo Paraíso. Na atualidade, o estigma da lepra ainda afeta a vida de seus moradores. A segregação motivada pela doença produziu uma realidade caracterizada pela ausência expressiva de serviços e equipamentos públicos básicos.

O descaso e o isolamento, característicos dos processos que segregaram os chamados leprosos, ainda se fazem presentes na relação da população do bairro com a cidade. Para verificar a existência de repercussões da hanseníase no bairro Novo Paraíso, realizamos uma pesquisa: aplicamos 50 questionários intercalando as quadras do bairro, com o objetivo de abranger todo o seu território.

O questionário coletou informações que permitiram avaliar as condições socioeconômicas dos residentes, a qualidade da infraestrutura do bairro, a situação do domicílio e da percepção dos moradores do Novo Paraíso em relação aos outros bairros. Dos questionários aplicados, 64% foram respondidos por pessoas do sexo feminino e 36% por pessoas do sexo masculino, conforme a figura 02.

A maior parte dos entrevistados é composta por adultos. Conforme a figura 03; 10% dos entrevistados tinham entre 5 e 19 anos; 42% tinham entre 20 e 39 anos; 10% estavam na faixa compreendida entre os 40 e os 49 anos; 20% tinham entre 50 e 64 anos; e apenas 18% dos entrevistados afirmaram ter mais de 64 anos.

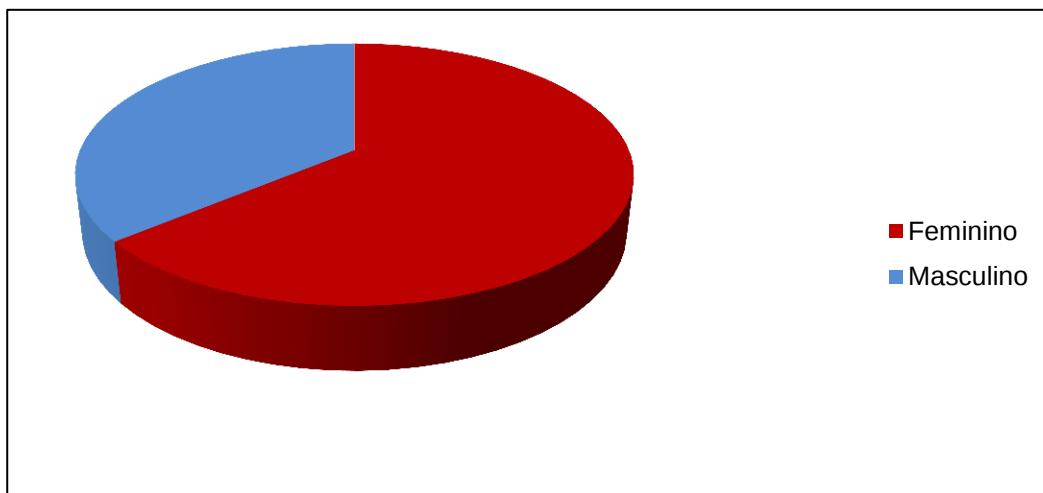


Figura 02: Gráfico - sexo dos entrevistados – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

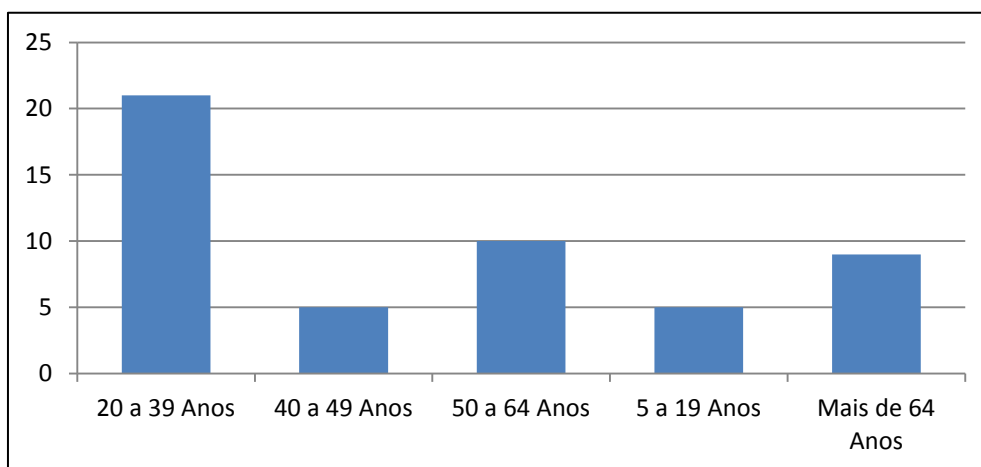


Figura 03: Gráfico - idade dos entrevistados – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Quando consideramos o local de nascimento, conforme a figura 04, 56% dos entrevistados nasceram na cidade de Anápolis; 2% nasceram em Buriti Alegre; 2% nasceram em Ceres; 2% em Corumbá; 4% em Goianésia; 2% em Goiânia; 2% em Inhumas; 2% em Nerópolis; 2% em Palmeiras de Goiás; 4% em Pirenópolis; 2% em Porangatu e 2% em São Miguel do Araguaia. Entre os que nasceram na Região Nordeste do Brasil, 4% nasceram na Bahia; 2% nasceram na Paraíba; 4% nasceram no

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 14, n. 1, jun. 2021. ISSN 1981-4089

Maranhão e 2% nasceram no Rio Grande do Norte. Em relação aos demais respondentes, 2% nasceram em Brasília; 2% em Patos de Minas; 2% em Tocantins.

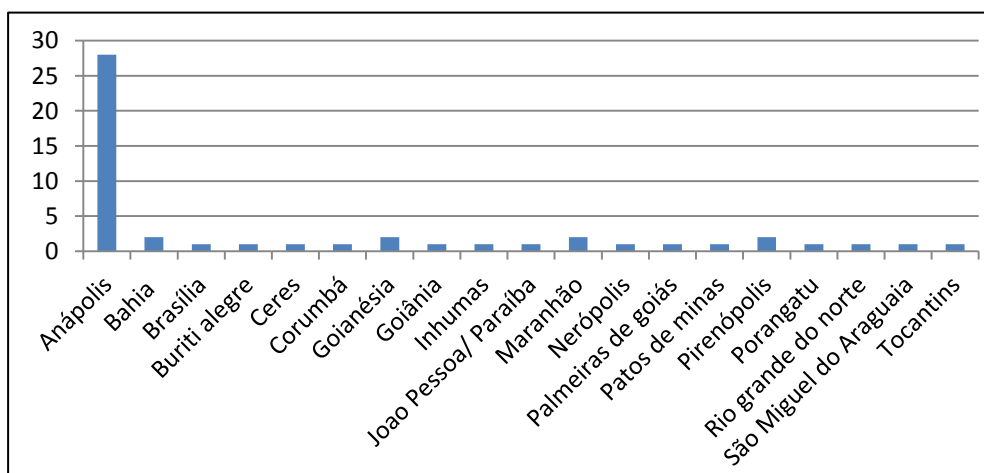


Figura 04: Gráfico - naturalidade dos entrevistados – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

São diversos os motivos que levaram os entrevistados a residir no bairro, conforme a figura 05. Quando descartamos os que nasceram no bairro, os principais motivos apresentados foram: a procura por melhores condições de vida, com 36%, e a falta de opção, com 16%.

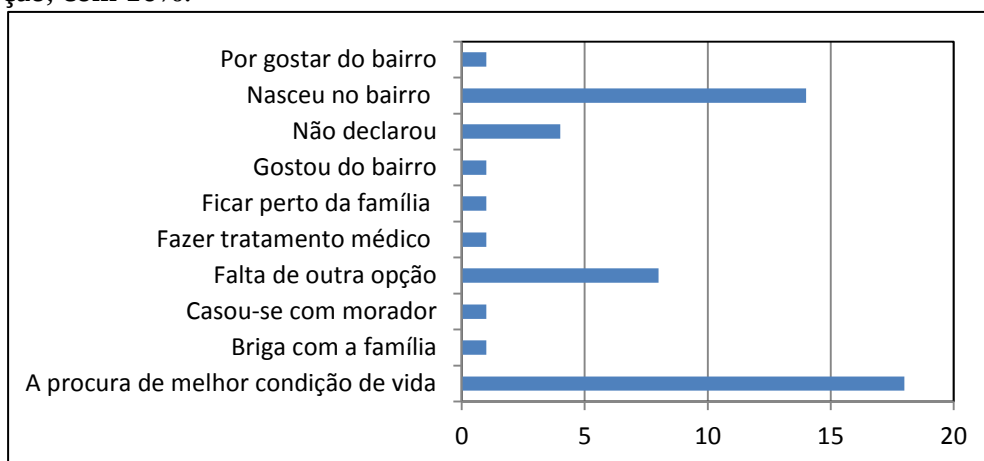


Figura 05: Gráfico - motivos da migração para o Novo Paraíso– 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

No que se refere ao tempo de residência no bairro, conforme a figura 06, 70% declararam que residem no bairro a mais de 20 anos; 8% dos entrevistados moram no bairro em um período compreendido entre 11 e 15 anos; 6% em um período

compreendido entre 16 e 20 anos; 10% em um período compreendido entre 1 e 5 anos; 6% em um período que varia entre 6 e 10 anos. Ou seja, a maioria dos entrevistados reside no bairro a mais de 20 anos. É um período de tempo expressivo, que indica uma forte vinculação ao território. Geralmente, os bairros habitados por populações de baixa renda apresentam um tempo de residência menor do que o verificado em Novo Paraíso. Este fato pode estar relacionado a estigmas da hanseníase.

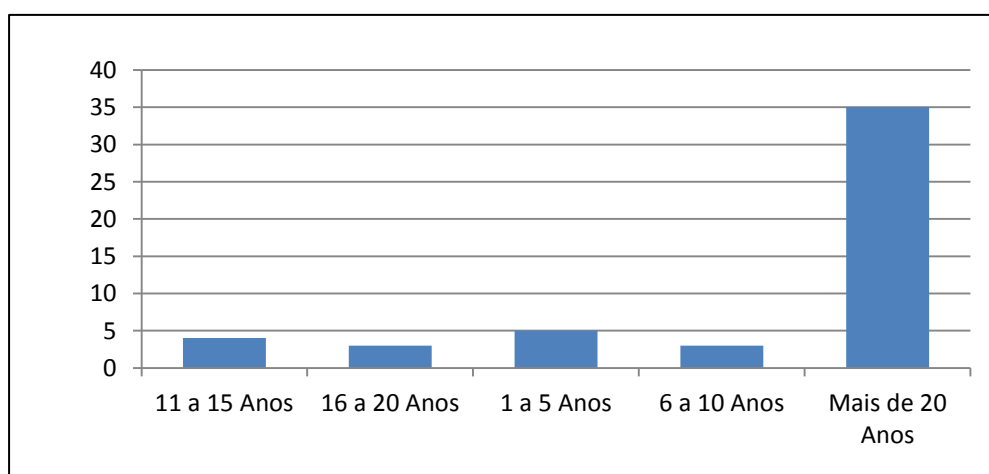


Figura 06: Gráfico - tempo de moradia no bairro Novo Paraíso – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016 . **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

É comum encontrar várias pessoas de uma mesma família residindo no bairro. Conforme a figura 07, 80% dos entrevistados declararam que outras pessoas da família residem em Novo Paraíso; apenas 14% dos entrevistados declararam que outras pessoas da família não residem no bairro e 6% não se posicionaram em relação a esta questão. Essa situação se assemelha a encontrada no tempo de residência no bairro. O quantitativo de pessoas da mesma família que reside no bairro é muito expressivo e pode indicar um receio de habitar outro lugar e enfrentar discriminação.

Observar a profissão dos entrevistados é um aspecto importante nas análises referentes à segregação residencial. Nesse sentido, observamos que a ocupação dos moradores do bairro Novo Paraíso se caracteriza pela baixa qualificação profissional, conforme a figura 08.

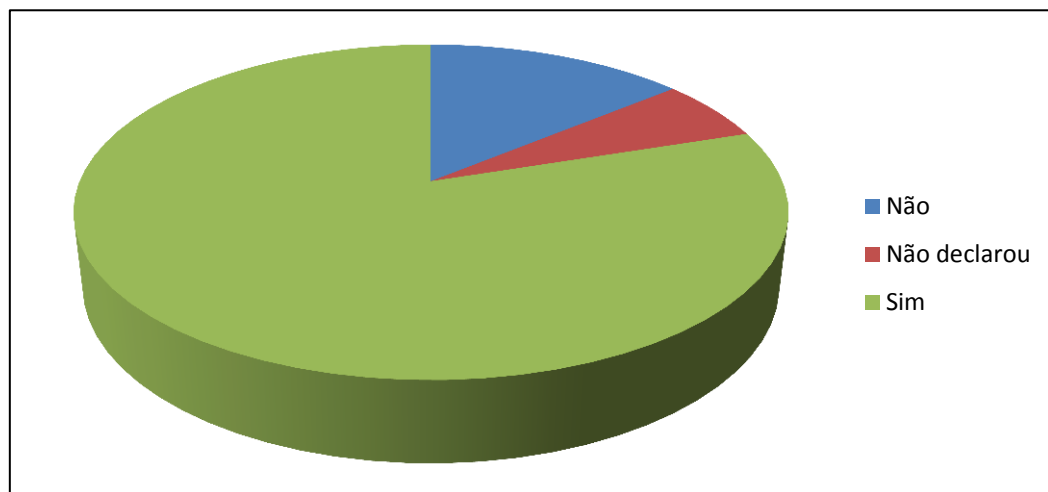


Figura 07: Gráfico - pessoas da família que residem no Novo Paraíso. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

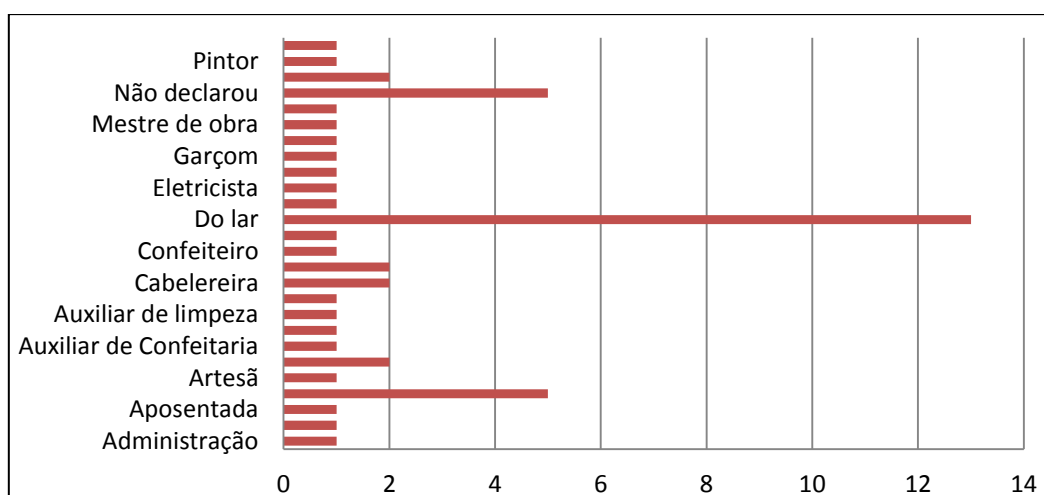


Figura 08: Gráfico – profissão / ocupação dos entrevistados – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Com relação aos dados socioeconômicos, observamos o número de pessoas morando nas residências, conforme a figura 09. Em 68% dos domicílios visitados, o contingente de residentes variou entre 1 a 4 pessoas; em 30% das residências, o número de residentes era de 5 a 7 pessoas; e 2% das residências eram habitadas por mais de 7 pessoas.

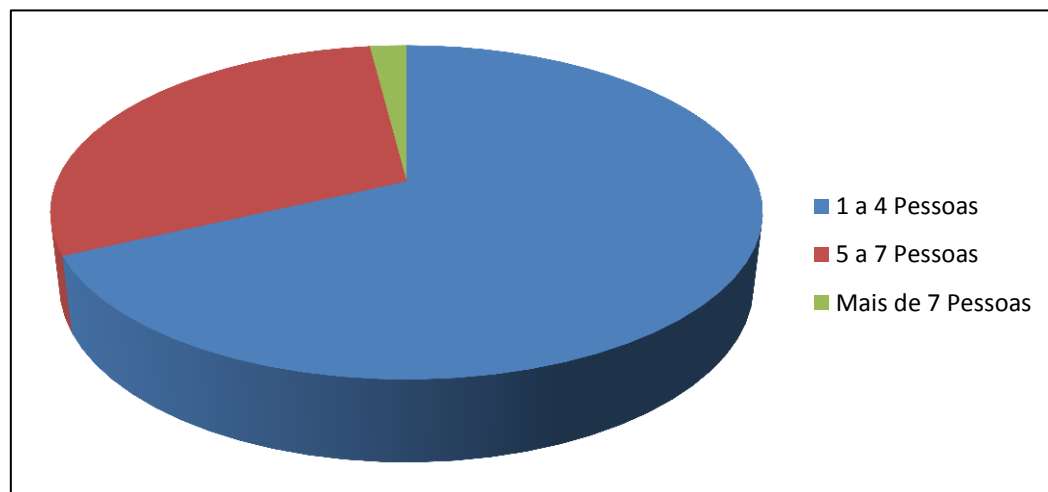


Figura 09: Gráfico - número de residentes por domicílio visitado – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Outro aspecto observado foi a quantidade de famílias por residência. Conforme a figura 10, 82% dos entrevistados declararam que não há mais de uma família morando no domicílio; 14% dos entrevistados declararam que existe mais de uma família residindo no domicílio e 4% dos entrevistados preferiram não responder a pergunta.

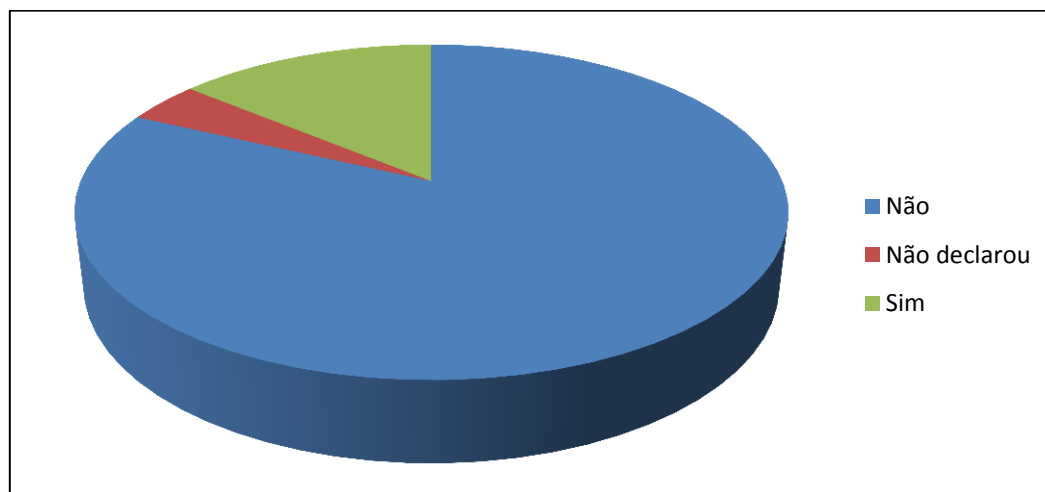


Figura 10: Gráfico - casas com mais de uma família - 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Ao analisar o número de pessoas que contribuem com a renda, verificamos que em 44% dos domicílios visitados apenas uma pessoa contribui com a renda; em 28% dos domicílios duas pessoas contribuem com a renda; em 8% dos domicílios 3 pessoas

contribuem com a renda; em 2% dos domicílios 4 pessoas contribuem com a renda; em 4% domicílios 5 pessoas contribuem com a renda e 14% dos entrevistados não declaram a situação do domicílio, conforme a figura 11. Os dados indicam que, na maioria dos domicílios, uma proporção pequena dos residentes contribui com a renda.

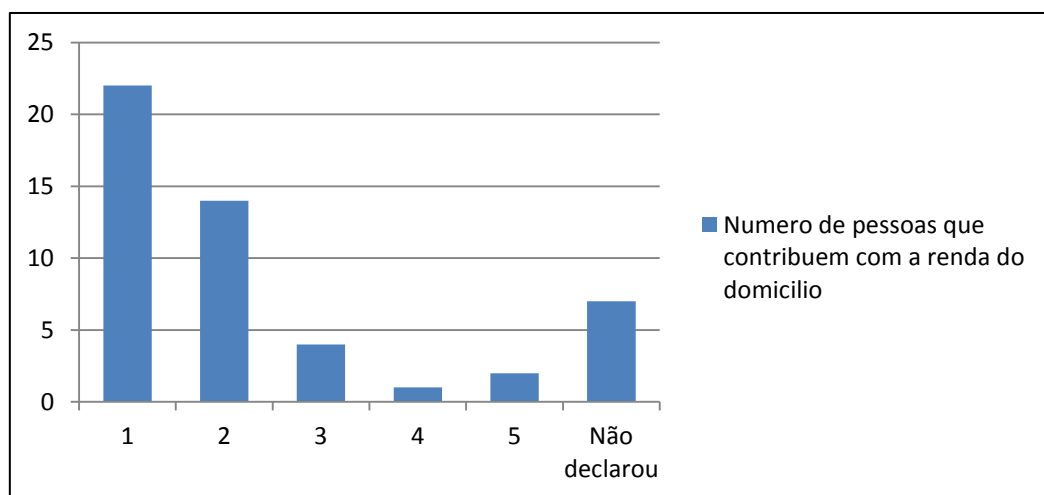


Figura 11: Gráfico - número de pessoas que contribuem com a renda do domicílio – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Como elemento relevante, destacamos a baixa renda familiar mensal dos moradores do bairro Novo Paraíso. De acordo com a figura 12, 10% das residências não indicaram rendimento; em 44% dos domicílios, o rendimento é de até um salário mínimo; em 32%, o rendimento está situado entre 1 e 2 salários mínimos; em 12%, o rendimento é de 3 a 4 salários mínimos e 2% dos entrevistados não declararam seu rendimento mensal. Ou seja, 54% dos domicílios estão situados entre a faixa dos sem renda e um salário mínimo. O que representa um contingente expressivo da população do bairro.

Os moradores do bairro sofrem com a carência de diversos serviços e equipamentos públicos. Por meio da pesquisa, percebemos que eles estão insatisfeitos com as condições de lazer, rede de esgoto, transporte coletivo, e, principalmente, segurança. As ilustrações que seguem permitem avaliar a qualidade da infraestrutura e dos serviços oferecidos aos residentes no bairro.

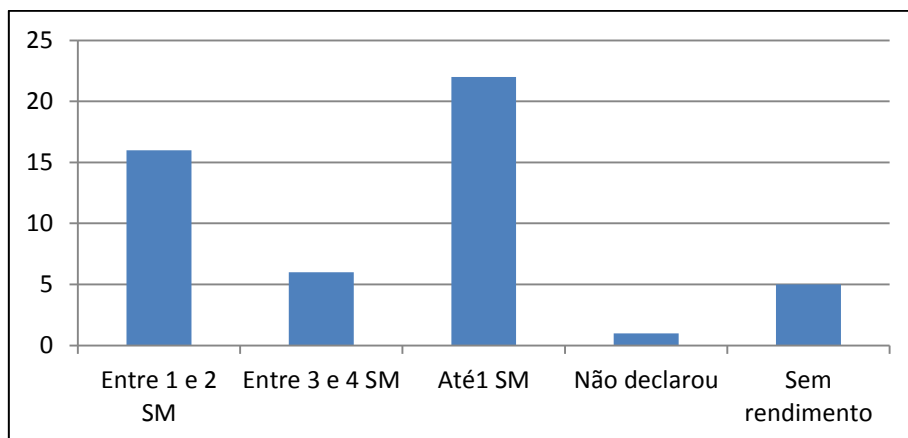


Figura 12: Gráfico - rendimento familiar mensal – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

Em relação ao transporte público, 36% dos entrevistados avaliaram o transporte coletivo como muito ruim; 28% avaliaram como bom, o demonstra a falta de informação do morador, pois não existem linhas de transporte coletivo que atentam o bairro. Os usuários precisam andar longas distâncias para pegar um ônibus; 18% dos respondentes avaliaram como regular; 8% como ruim; 2% como muito bom e 8% não declararam (figura 13).

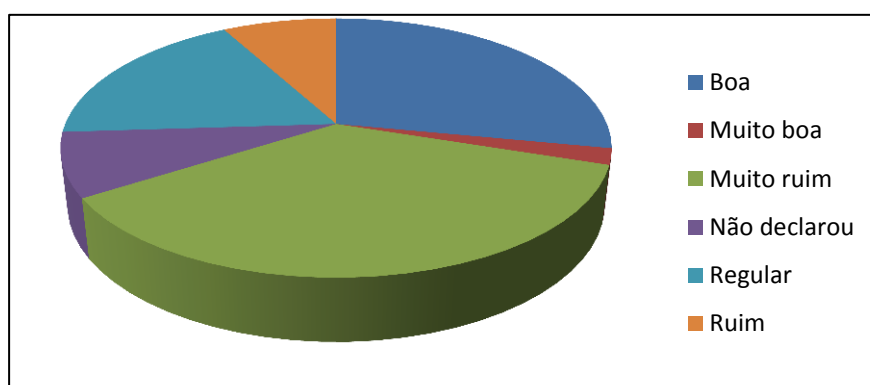


Figura 13: Gráfico - qualidade do transporte coletivo – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.

De acordo com a figura 14, 74% dos entrevistados avaliaram a qualidade do saneamento básico como muito ruim; 12% avaliaram como ruim; 6% avaliaram como regular; isso se explica pela inexistência de redes de esgoto no bairro. Em muitas ruas o esgoto corre a céu aberto, conforme a figura 15. Apenas 4% considerou que o serviço é bom; 2% como muito bom e 2% não declararam.

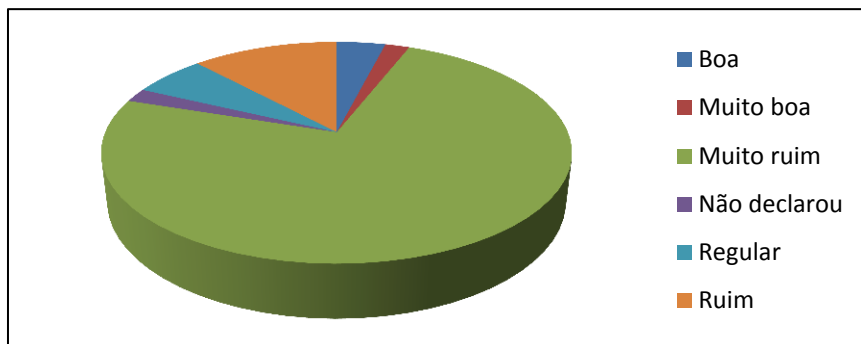


Figura 14: Gráfico - qualidade do saneamento básico – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira - 2016.



A – Esgoto a céu aberto em Rua do Novo Paraíso. B – Fossa em calçada no Novo Paraíso.

Figura 15: fotos de esgoto a céu aberto e fossa em calçada no bairro novo paraíso – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016

Notamos a existência de energia nas casas visitadas. No entanto, durante as entrevistas, os moradores relataram a impossibilidade de manter o fornecimento de energia devido ao valor da conta. Assim, muitos fazem ligação clandestina. Mesmo nessa situação, de acordo com a figura 16, 68% dos entrevistados avaliaram a qualidade da energia como boa; 10% como muito boa; 6% como muito ruim; 8% como regular; 6% como ruim e 2% não declararam.

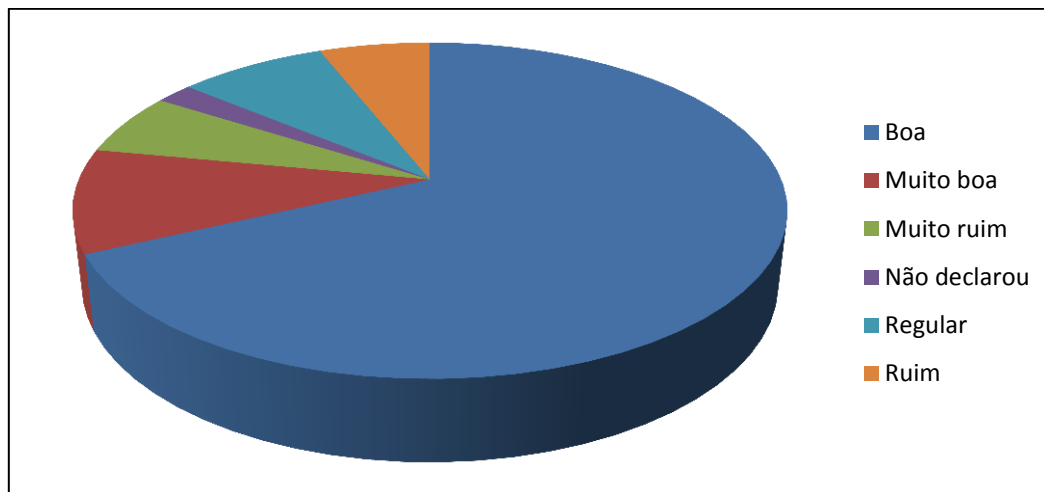


Figura 16: Gráfico - qualidade da energia nas casas – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

O lazer é um direito de todos. Contudo, é negado para uma grande parcela da população, pela inexistência de locais apropriados para sua prática. Em Novo Paraíso não existem áreas que podem ser consideradas próprias para o lazer da população, acentuando ainda mais o processo segregador. Nesse sentido, de acordo com a figura 17, 58% dos entrevistados avaliaram a qualidade das áreas de lazer como muito ruim; 12% avaliaram como ruim; 12% como regular; 16% como boa e 2% não declararam.

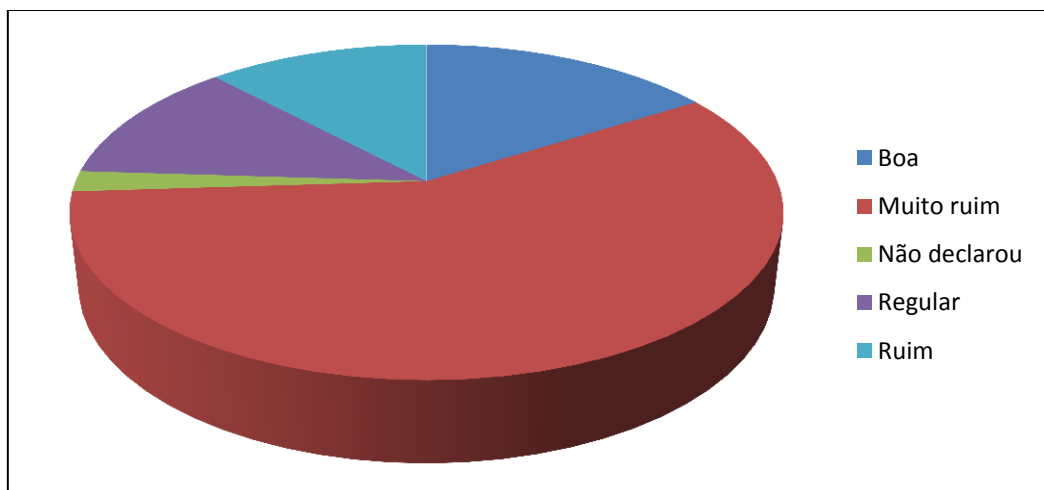


Figura 17: Gráfico - qualidade das áreas de lazer – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016

Os moradores do Novo Paraíso sofrem constantemente com a falta de segurança. Os roubos são frequentes, assim como o tráfico de drogas e a violência a ele associada.

As mortes fazem parte da rotina dos moradores. De acordo com a figura 18, 60% dos entrevistados avaliaram a qualidade da segurança como muito ruim; 16% como regular; 12% como ruim; 10% como boa e 2% não declararam.

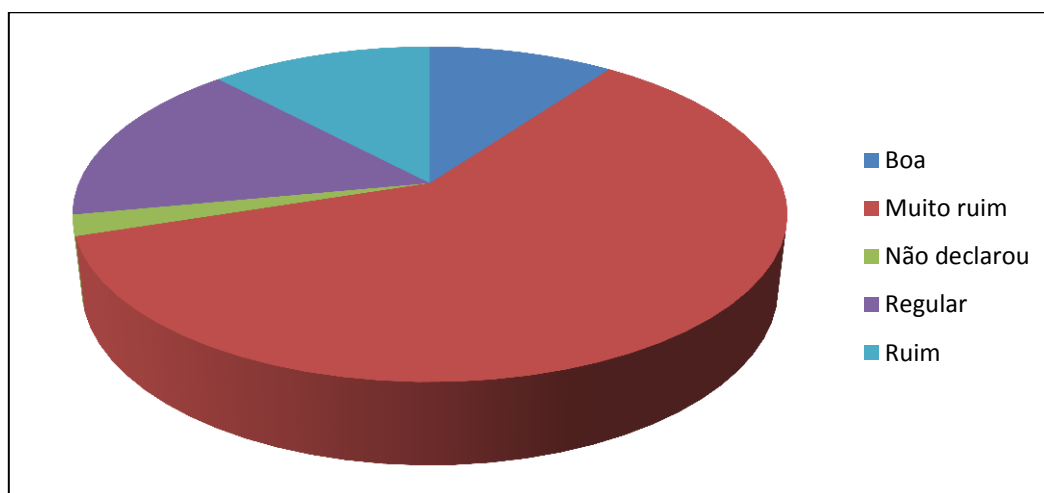


Figura 18: Gráfico - qualidade da segurança – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016

A situação dos domicílios é outro item representativo. O bairro Novo Paraíso é classificado pelo IBGE como um aglomerado subnormal, caracterizado pelas ocupações irregulares e por estar situado em lugar impróprio. Parte do questionário foi dedicada à verificação desta questão.

De acordo com a figura 19, 86% das casas visitadas são próprias, isso se explica por ser um bairro ocupado irregularmente; 8% das casas visitadas são de aluguel e 6% cedidas de outra forma, indicando o nível de vulnerabilidade dos moradores.

Esta situação indica a presença de processos segregadores, marcados pela ação de alguns agentes produtores do espaço urbano, proprietários fundiários e promotores imobiliários, que controlam o preço do solo urbano, impedindo que pessoas de baixa renda possam adquirir um lote em uma área marcada pela presença de serviços e equipamentos públicos, restando os loteamentos irregulares como única opção.

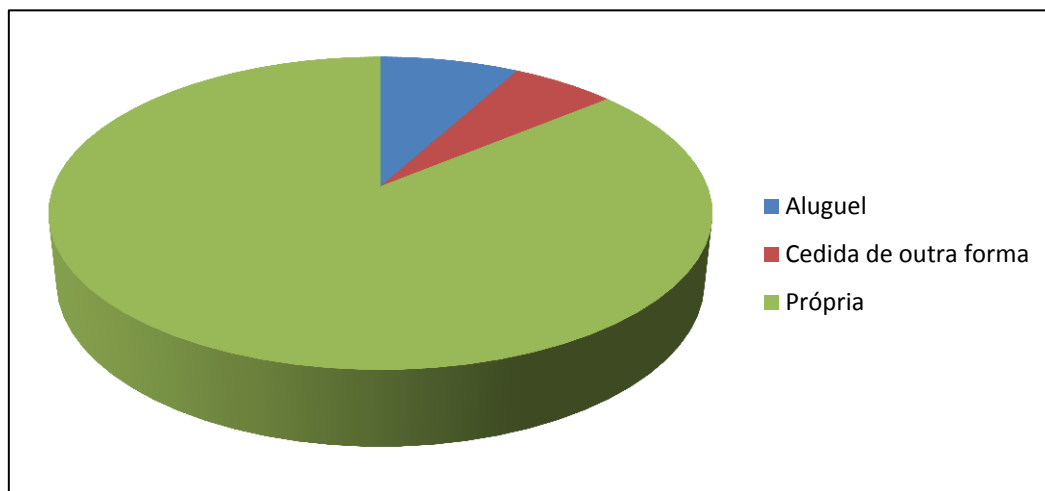


Figura 19: Gráfico - situação do domicílio – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016

A invasão de terrenos é comum em áreas periféricas e esta é a situação do Novo Paraíso. Apesar de boa parte das moradias serem próprias, elas estão em situação de irregularidade. Desta forma, de acordo com a Figura 20, 90% dos entrevistados declararam que não há cobrança de impostos; apenas 10% dos entrevistados declararam que pagam impostos regularmente, talvez por medo de ações da prefeitura no local.

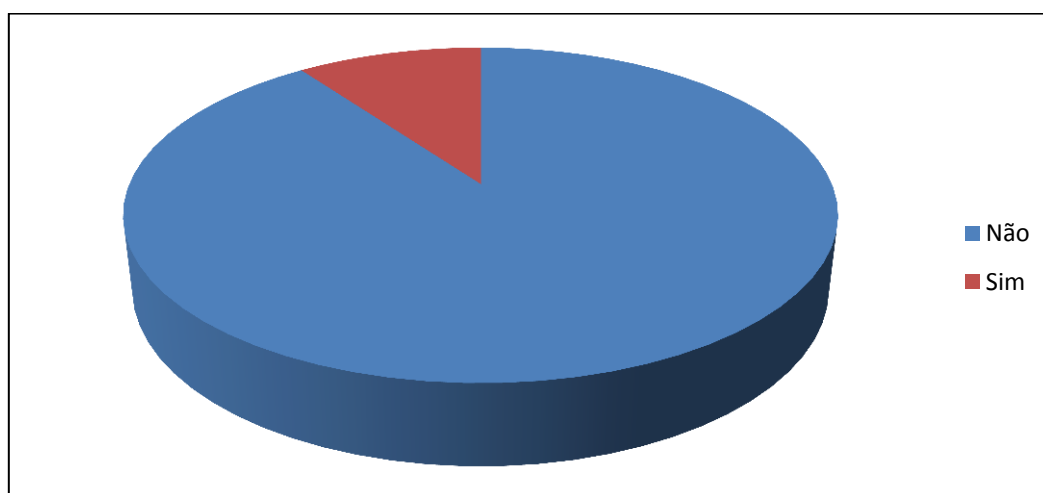


Figura 20: Gráfico - situação da cobrança de impostos – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Ao considerar o histórico do bairro Novo Paraíso: produzido a partir da necessidade de distanciar os portadores da hanseníase da área central da cidade, trabalhamos com a possibilidade do estigma da doença ainda acompanhar os moradores

do bairro. Se o estigma ainda se manifestar, as relações dos residentes no Novo Paraíso com moradores de outros bairros seriam afetadas.

Nesta perspectiva, os dados colhidos indicam que ainda permanecem elementos estigmatizados que remetem a origem do bairro. Os gráficos abaixo demonstram essa realidade. Consideramos que as relações sociais, em ambientes urbanos, se estabelecem à medida que o indivíduo se movimenta pela cidade, frequentando lugares em diferentes bairros. Nesse sentido, 44% dos entrevistados declararam que não frequentam outros lugares da cidade, o que demonstra um estado de isolamento; 56% dos respondentes declararam que frequentam outros lugares da cidade, conforme a figura 21.

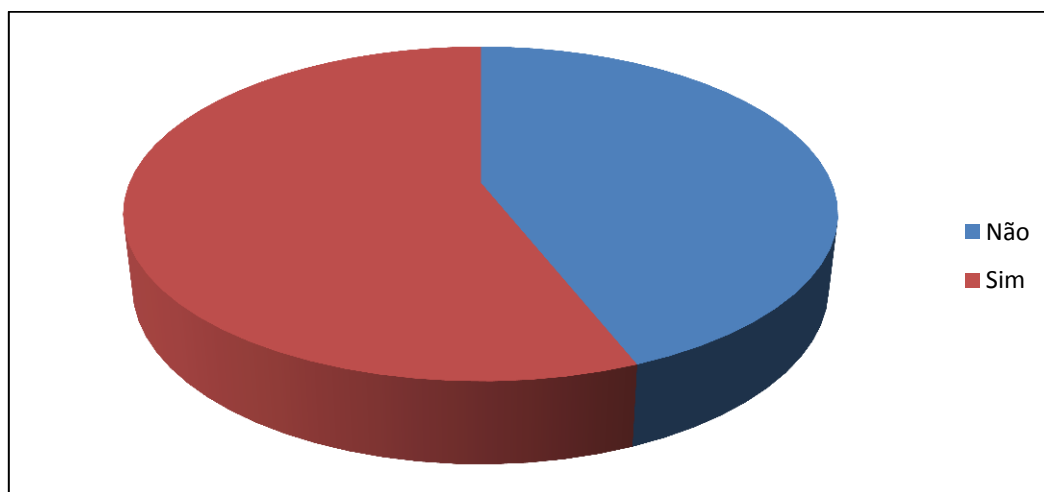


Figura 21: Gráfico - frequenta outros lugares da cidade – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Os lugares frequentados são parques, shoppings, igreja, festas, cinema, o centro da cidade, o Centro de Convivência do Idoso e casa de parentes. 52% dos entrevistados não declararam quais lugares frequentam, conforme a figura 22.

Uma das maneiras de identificar as desigualdades territorialmente espacializadas é observando a paisagem. Desta forma, é possível perceber as diferenças de um local para o outro. A percepção dos moradores com relação estas diferenças se constitui um elemento de importância psicológica na construção de estigmas. Quando perguntados sobre as diferenças existentes entre o Novo Paraíso e os outros bairros, 44% dos entrevistados consideram que a diferença está na estrutura das casas; 16% consideram

que a diferença está na largura das ruas; 6% consideram que a diferença está no relevo e 34% não declararam, conforme a figura 23.

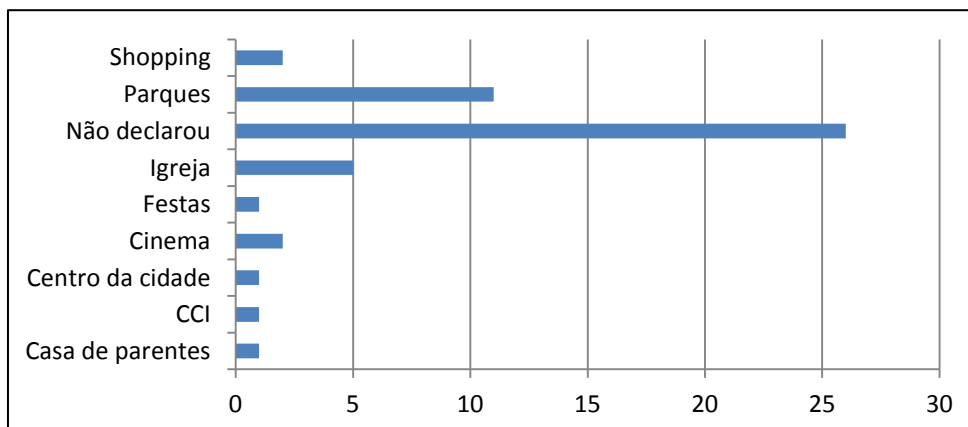


Figura 22: Gráfico - lugares frequentados na cidade – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

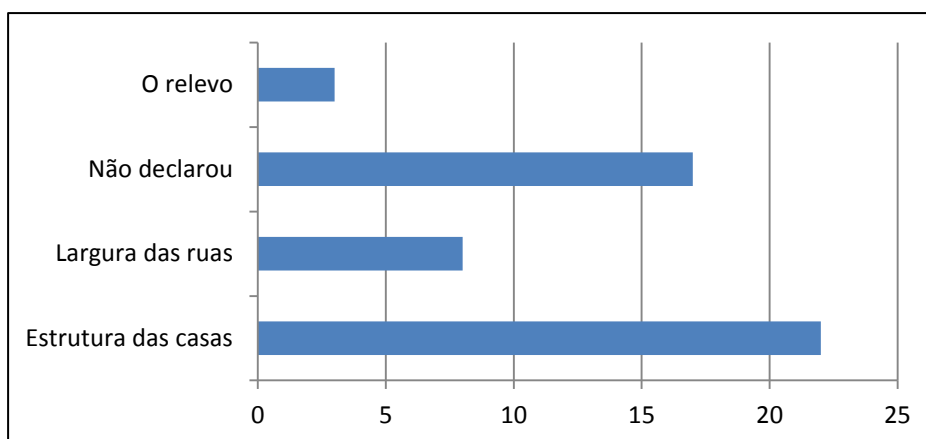


Figura 23: Gráfico - diferenças apontadas entre o novo paraíso e os outros bairros – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

A renda é outro aspecto que leva a percepção de vulnerabilidades sociais. No Brasil, a desigualdade na distribuição da riqueza é um aspecto que nos leva a observar “setores com um padrão de vida relativamente alto, convivendo lado a lado com uma maioria miserável” (VILLAÇA, 2003, p. 31).

Nesse sentido, a percepção dos moradores de Novo Paraíso a esse respeito não é bem definida. De acordo com a figura 24, 32% dos entrevistados consideram que há diferenças entre a renda das pessoas do Novo Paraíso e dos moradores de outros bairros;

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 14, n. 1, jun. 2021. ISSN 1981-4089

22% consideram que há pouca diferença; 18% consideram que há muita diferença; 16% consideram que não há diferenças e 12% não declararam.

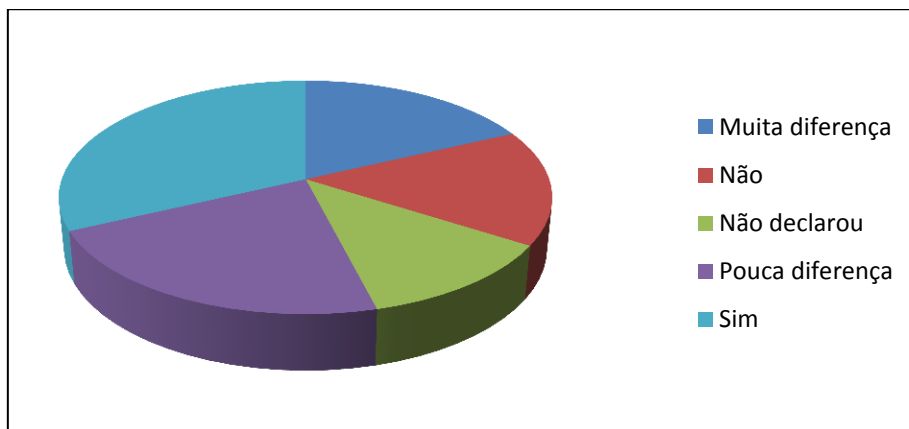


Figura 24: Gráfico - diferenças entre a renda das pessoas do o novo paraíso e os outros bairros – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Considerando a origem do Novo Paraíso, verificamos que a interação das pessoas do bairro com as pessoas dos outros bairros sempre foi marcada pelo preconceito em relação à hanseníase e, posteriormente, com relação à condição de pobreza. Desta forma, consideramos a percepção dos moradores de Novo Paraíso com relação à interação com pessoas de outros bairros. De acordo com a figura 25, 64% dos entrevistados consideram que há uma interação entre as pessoas do Novo Paraíso e os moradores dos outros bairros; 30% consideram que essa interação não existe e 6% não declararam.

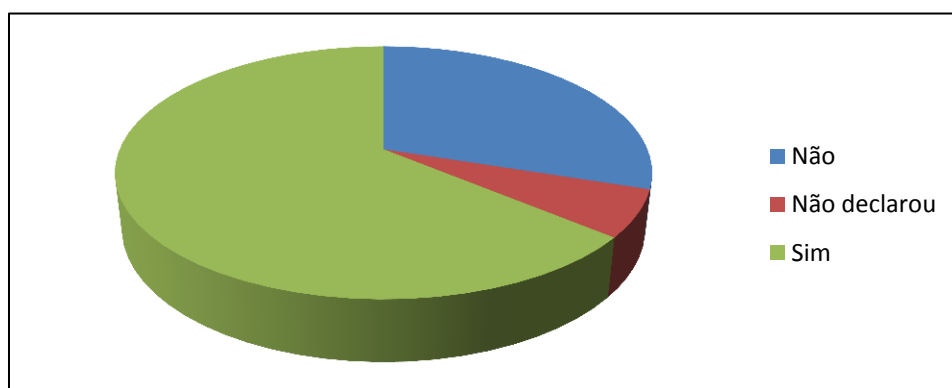


Figura 25: Gráfico - interação entre as pessoas do novo paraíso e dos outros bairros – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Dos que consideram que existe uma interação entre as pessoas do Novo Paraíso e os moradores dos outros bairros; conforme a Figura 26; 46% declararam que a natureza da interação está associada à questão de trabalho; 18% declararam ser uma interação de amizade; 2% afirmaram se relacionar para o estudo e 34% não declararam a natureza da interação.

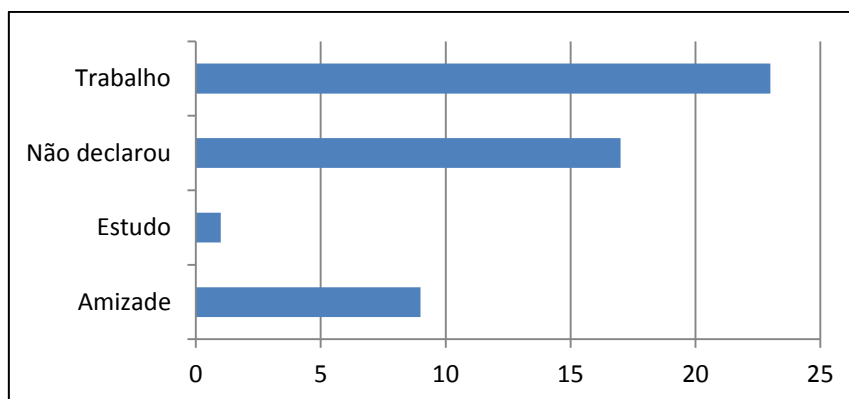


Figura 26: Gráfico – Natureza da interação entre as pessoas do novo paraíso e dos outros bairros – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Com relação aos motivos da falta de interação entre os moradores do Novo Paraíso e os moradores de outros bairros, 13% dos entrevistados apontaram que o motivo é o preconceito; 13% indicaram a discriminação; 7% consideram a falta de oportunidades como o principal motivo para a falta de interação e 67% não declararam os motivos da falta de interação, conforme a figura 27.

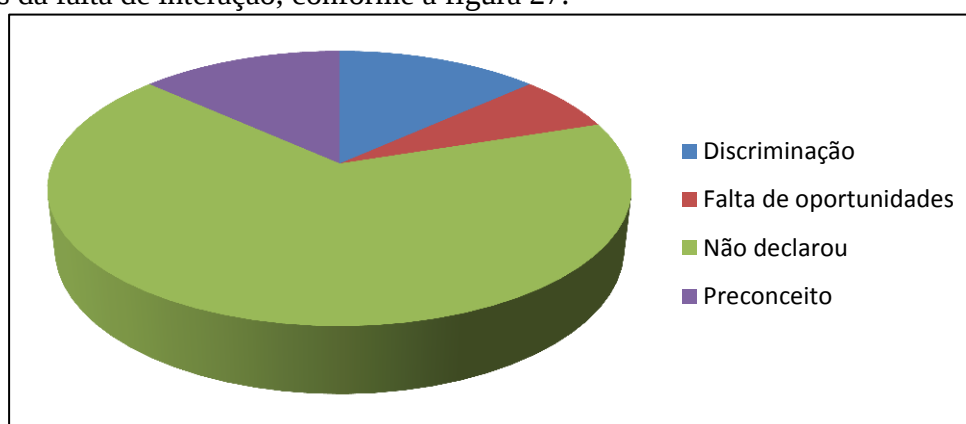


Figura 27: Gráfico – motivos da não interação entre as pessoas do novo paraíso e dos outros bairros – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016.

Outro aspecto analisado no Bairro Novo paraíso foi a questão da escolaridade. Conforme a figura 28, 8% dos respondentes nunca frequentaram a escola; 50% possuíam o ensino fundamental incompleto; 10% o ensino fundamental completo e 32% o ensino médio completo. Ou seja, 58% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental. Este percentual indica déficits sociais severos a serem combatidos.

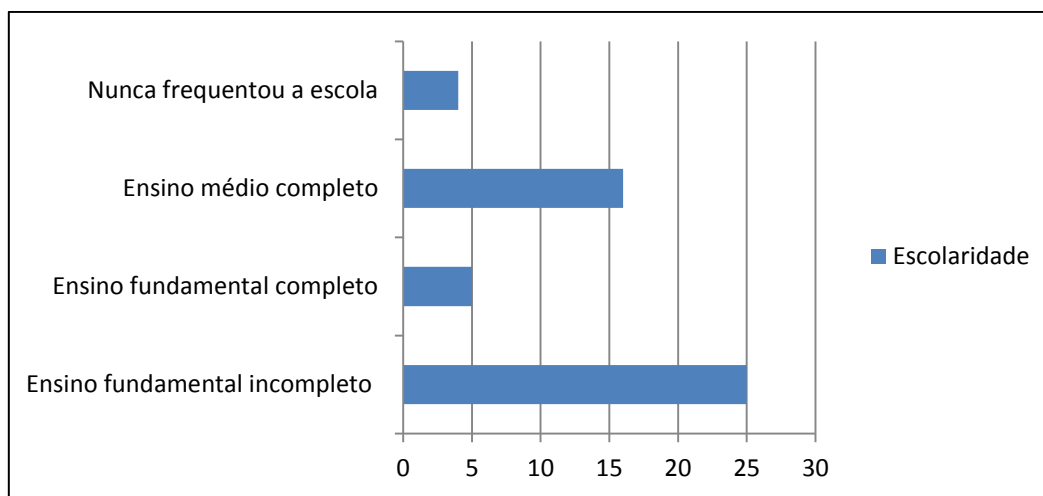


Figura 28: Gráfico – escolaridade – 2016. **Fonte:** Trabalhos de campo realizados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. **Elaboração:** Thalita Aguiar Siqueira – 2016

É importante destacar que no bairro não existem escolas de ensino fundamental e médio. As escolas que atendem à demanda do bairro estão localizadas em bairros próximos, como a escola municipal Moacir Romeu Costa e a escola municipal Lar São Francisco de Assis, que atendem alunos do ensino fundamental, e o colégio estadual Doutor Mauá Cavalcante Sávio, que oferece ensino fundamental e médio.

A partir da sistematização dos dados colhidos, buscamos apresentar a realidade encontrada no bairro Novo Paraíso. Ao transitar pelo bairro e conversar com as pessoas, percebermos a manutenção de uma condição de preconceito associado à hanseníase. Logicamente, não na mesma intensidade do que havia na primeira metade do século XX. Mas, certamente, a condição de vulnerabilidade social experimentada pela população está vinculada a manutenção do processo de segregação residencial, inicialmente imposto aos hansenianos.

Considerações finais

O espaço urbano é, notadamente, marcado por complexidades, o que instiga investigações científicas sobre os mais variados temas. A segregação é um tema recorrente nos estudos sobre o espaço urbano e, ainda assim, gera indagações passíveis de investigações e discussões, tanto no âmbito acadêmico, como em outras esferas que regem a vida em sociedade.

Ao longo da pesquisa, consideramos que a segregação deve ser percebida como um processo histórico. Essa realidade demanda um amadurecimento conceitual capaz de oferecer pressupostos teóricos metodológicos para a análise de problemas sempre renovados.

A evolução de um conceito se faz importante, pois à medida que a sociedade se transforma e seus processos se tornam mais complexos, torna-se necessário o aprimoramento dos instrumentos utilizados para a análise da realidade. Nesta perspectiva, o conceito de segregação residencial passou pelo crivo de diversos cientistas em diversas épocas, enfatizando a importância das análises realizadas a partir de seu uso.

Ao apresentar a realidade do bairro Novo Paraíso, destacamos que a segregação residencial nele manifestada está ligada a um importante fator: o isolamento dos hansenianos na primeira metade do século XX. Os dados apresentados foram colhidos entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016.

Referências

CAPEL, Horácio. Agentes y estrategias en la producción de lazo espacio urbano español. **Revista de geografia**, 1974, Vol.8, Núm.1, p.19-56. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880/56672>>. Acesso em: 23/05/2016.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 14, n. 1, jun. 2021. ISSN 1981-4089

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M.E.B (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

TAVARES, G.G; PEXOTO, J.C; LUZ, J.S; CAMPOS, D.M.B; MONTEIRO, R.S. A Lepra Mora no Morro: O “refúgio” de leprosos em Anápolis, Goiás, Brasil (1930 – 1970). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v.4, n.1, jan. -jul. 2015. Disponível em: <<http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>> Acesso em: 10/08/2016.

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. IN: CASTRIOTA, L.B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.